Fundação Getulio Vargas
24/09/2009
Bancário Rio de Janeiro - RJ

Tópico: IBRE
Impacto: Positivo
Editoria: Notícia

Cm/Col: 0
Pg: Online

Brasileiros com renda acima de R$ 4.807 foram os que mais cresceram sob Lula

(NÃO ASSINADO)

RENDA

A classe AB, com renda familiar a partir de R$ 4.807, foi a que mais cresceu proporcionalmente no governo Lula, de acordo com dados divulgados ontem pelo economista Marcelo Neri, pesquisador do Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getulio Vargas).

Usando dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ele aponta que a faixa mais rica teve crescimento real de 37,1% no número de integrantes entre 2003 e 2008. No último ano, a alta foi de 7%.

A classe mais numerosa, no entanto, é a C, que no ano passado concentrou quase metade da população (49,2%), apesar de ter crescido menos (4,9%). No governo Lula, a classe C aumentou 31,1%.

Neri aponta que houve redução na desigualdade no país. De acordo com cálculos do economista, a renda do trabalho foi responsável por 66,8% dessa queda, entre 2001 e 2008. O Bolsa Família, principal programa social do governo federal, contribuiu com 17% para a melhoria no índice Gini, usado para medir a desigualdade.

A pesquisa usa como base dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) divulgada na semana passada.

Segundo os cálculos do economista, 3,8 milhões de pessoas saíram da classe E, abaixo da linha da pobreza (renda familiar de até R$ 768). No entanto, ainda havia 29,9 milhões nessa condição em 2008. Eram 49,3 milhões em 2003.

Migração

O número de brasileiros na classe AB subiu de 13,3 milhões para 19,4 milhões -o crescimento nominal foi de 45%, mas, descontado a expansão da população, foi de 37,1%. Para Neri, o crescimento econômico provocou migração das duas faixas de renda mais baixas (D e E) para as de cima.

Na avaliação da economista Sônia Rocha, a melhora na escolaridade do trabalhador começou a ter impacto na remuneração, o que não ocorreu, segundo ela, no início da década. Para ela, o aumento na demanda por mão de obra qualificada valorizou as pessoas com mais tempo de escola.

Para Neri, a crise econômica, a partir de setembro de 2008 (com efeitos que não foram captados pela última Pnad), foi uma "parada súbita" na melhoria dos indicadores de renda. Para ele, o país apresentará índices semelhantes aos da Pnad de 2008 na próxima pesquisa.

"É um bom resultado esse empate dos indicadores? É, em relação aos indicadores internacionais. Mas não em relação ao passado. A má notícia é que isso é uma parada súbita."

Ele criticou a intenção do governo de reajustar as aposentadorias com valores acima do salário mínimo. Conforme dados apresentados, esse benefício tem peso maior nas faixas de renda superiores. Na AB, as pensões acima do mínimo representam 18,9% da renda. Na E e na D, são 1,2% e 4,4%, respectivamente. Para Neri, a medida pode ser um retrocesso na queda da desigualdade.

"Defendo mais reajustes transitórios ao Bolsa Família do que definitivos ao salário mínimo e, muito menos, ganhos de pensões acima do salário mínimo, que não beneficiam nem a classe média brasileira [...] Nossa capacidade de chegar ao piso mínimo de desigualdade certamente é atrapalhada por decisões públicas."

As pesquisas do IBGE não captam a renda proveniente da valorização de propriedade, de investimentos financeiros ou de ações. Mas, para Neri, essa ausência não altera o resultado da queda da desigualdade. Afirmou que essa queda se reflete na posse de bens duráveis, que, para ele, é indicativo do potencial de consumo do brasileiro.

Fonte: Folha de São Paulo